



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2004 A DEZ/2004

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA
	Jan/2004 a Dez/2004
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	4.646.907
Pessoal Ativo	2.630.429
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.180.060
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	163.582
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	
Decorrentes de Decisão Judicial	
Despesas de Exercícios Anteriores	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	163.582
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (II)	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I + II)	4.646.907
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	10.736.730
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III / IV)*100]	43,28%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49.00%	5.260.998
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 46.55%	4.997.948

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - AFE

NOTAS:

- 1 - O valor dos itens Pessoal Ativo e Pessoal Inativo e Pensionistas não inclui precatórios, indenizações por demissão e despesas de exercícios anteriores.
- 2 - A Despesa Total com Pessoal está apresentada de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado - TCE quanto à Prestação de Contas da Gestão Fiscal do exercício de 2000, adotando-se, subsidiariamente, a orientação contida na Informação TCE 43/2001 e no Parecer Coletivo 2/2002, aprovados pelo Tribunal Pleno nas sessões de 10 de outubro de 2001 e 08 de maio de 2002, respectivamente. Neste sentido, não estão computados como despesa de pessoal os gastos com pensões, assistência médica, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio-creche, bolsa de estudos, auxílio-funeral e o Imposto de Renda Retido na Fonte da remuneração dos servidores.
- 3 - A Contribuição Previdenciária dos Servidores, instituída pela Lei estadual 12.065 de 29 de março de 2004, está sendo deduzida das despesas com Inativos na proporção de 79,82% do total arrecadado pelo IPERGS, relativo ao pessoal do Poder Executivo, conforme Instrução Técnica 16/2004 do TCE.

Germano Antônio Rigotto
Governador do Estado
CPF 223.762.830-00

Paulo Michelucci Rodrigues
Secretário da Fazenda
CPF 153.525.870-53

Pedro Gabril Kenne da Silva
Contador e Auditor-Geral do Estado
CPF 168.411.230-34
CRCRS 34.514



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / 2004

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

R\$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2004		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	27.606.812	28.612.542	29.687.689	30.353.246
Dívida Mobiliária	84.649	88.886	93.449	98.396
Dívida Contratual	26.350.365	27.351.166	28.436.012	28.776.064
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	962.732	962.722	949.146	1.259.599
Operações de Crédito inferiores a 12 meses				
Parcelamentos de Dívidas	203.782	204.484	203.798	214.550
De Tributos				
De Contribuições Sociais	203.782	204.484	203.798	214.550
Previdenciárias	115.008	115.457	115.056	114.158
Demais Contribuições Sociais	88.774	89.027	88.742	100.392
Do FGTS				
Outras Dívidas	5.284	5.284	5.284	4.637
DEDUÇÕES (II)				
Ativo Disponível				
Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados				
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	2.000.348	1.846.219	1.990.418	2.542.751
Precatórios anteriores a 5.5.2000	25.117	25.110	24.478	24.478
Insuficiência Financeira	1.158.502	539.326	62.827	880.209
Outras Obrigações	816.729	1.281.783	1.903.113	1.638.064
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)=(I - II)	27.606.812	28.612.542	29.687.689	30.353.246
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.859.597	9.975.863	10.478.016	10.736.730
% da DC sobre a RCL	280,00%	286,82%	283,33%	282,70%
% da DCL sobre a RCL	280,00%	286,82%	283,33%	282,70%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 255.73%	25.671.433	25.511.274	26.795.430	27.457.040

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - AFE

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001			2002			2003			2004		
	3º Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	DCL	Excedente	Redutor	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	269,65%	69,65%	4,64%	266,15%	274,06%	295,29%	288,02%	279,95%	280,00%	286,82%	283,33%	282,70%
% Limite de Endividamento				265,01%			260,37%			255,73%		

NOTAS:

- 1 - O limite definido pelo Senado Federal, conforme disposto na Resolução 40/2001, corresponde a 200% até 2016, sendo que o excesso verificado em 2001, de 69,65% no caso do Estado, deve ser reduzido a razão de 1/15 ano, ou 4,64 % ao ano.
- 2 - A Receita Corrente Líquida - RCL e a Dívida Consolidada Líquida - DCL foram recalculadas, para fins de elaboração da trajetória de ajuste da DCL, desde 2001, nos termos do Parecer Prévio da Gestão Fiscal 2003, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.
- 3 - Medidas Corretivas: a) Estabelecimento quotas mensais para outras despesas de custeio (manutenção, combustíveis, diárias, serviço de telefonia) por secretaria; b) Suspensão da abertura de concurso público, criação de cargos, nomeações, contratações e promoções de pessoal, por 180 dias; c) Implantação de programas especiais de fiscalização, cobrança, monitoramento e controle do gasto público, intensificando a fiscalização setorial e a recuperação de créditos tributários; d) Intensificar as parcerias com a sociedade e prefeituras para o combate ao sonegação (Programa de Educação Fiscal e Solidariedade não é Nota - Minhação Programa de Integração Tributária - PIT); e) Em conjunto com demais Estados, buscar ampliação das compensações pelas perdas com as desonerações do ICMS nas exportações; f) elevação das alíquotas do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações nos exercícios de 2005 e 2006; Com vistas à obtenção dos valores programados de arrecadação da receita própria para os próximos três anos, o Estado do Rio Grande do Sul, além das medidas mencionadas a ser o último deste documento, conta com a elevação das alíquotas do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e telecomunicações, para 30% e 29%, respectivamente, exercícios fiscais de 2005 e 2006. A elevação das alíquotas foi aprovada por meio da Lei 12.209/04. Também, contribuir para obtenção da meta a Edição do Decreto 43.533/04 que disciplina a utilização de créditos fiscais por parte dos Contribuintes de ICMS do Estado.

Germano Antônio Rigotto
Governador do Estado
CPF 223.762.830-00

Paulo Michelucci Rodrigues
Secretário da Fazenda
CPF 153.525.870-53

Pedro Gabril Kenne da Silva
Contador e Auditor-Geral do Estado
CPF 168.411.230-34
CRCRS 34.514



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / 2004

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III

R\$ Milhares

GARANTIAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2004		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AVAIS (I)				
Operações de Crédito Externas				
Operações de Crédito Internas				
FIANÇAS (II)	606.851	669.706	647.039	588.496
Operações de Crédito Externas				
Operações de Crédito Internas	606.851	669.706	647.039	588.496
TOTAL DAS GARANTIAS (I + II)	606.851	669.706	647.039	588.496
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.859.597	9.975.863	10.478.016	10.736.730
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	6,15%	6,71%	6,18%	5,48%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22.00%	2.169.111	2.194.690	2.305.164	2.362.081

CONTRAGARANTIAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2004		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AVAIS (I)				
Operações de Crédito Externas				
Operações de Crédito Internas				
FIANÇAS (II)				
Operações de Crédito Externas				
Operações de Crédito Internas				
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I + II)				

Fonte: Secretaria da Fazenda - Departamento da Despesa Pública Estadual

Germano Antônio Rigotto
Governador do Estado
CPF 223.762.830-00

Paulo Michelucci Rodrigues
Secretário da Fazenda
CPF 153.525.870-53

Pedro Gabriel Kenne da Silva
Contador e Auditor-Geral do Estado
CPF 168.411.230-34
CRCRS 34.514



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / 2004

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV

R\$ Milhares

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS
	Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	230.075
Externas	211.983
Op. de Crédito cfe. LEI 10.919/97 - Programa Pró-Rural 2000	65.641
Op. de Crédito cfe. LEI 10.912/97 - BID Programa Pavimentação de Rodovias	50.812
Op. de Crédito cfe. LEI 10.918/97 - BIRD Programa Manutenção de Rodovias Estaduais	54.758
Op. de Crédito cfe. LEI 10.912/97 - EXIMBANK/JBIC	40.772
Internas	18.092
Op. de Crédito cfe. LEI 10.922/97 - Corredores Norte/Nordeste RMPA	13.800
Op. de Crédito cfe. LEI 10.923/97 - CEF-Prog Nacional Assist Técnica Adm Fiscal do BID	4.292
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	230.075
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.736.730
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS sobre a RCL	2,14%
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA sobre a RCL	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS - 16.00%	1.717.877
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA - 7.00%	751.571

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - AFE

Germano Antônio Rigotto
Governador do Estado
CPF 223.762.830-00

Paulo Michelucci Rodrigues
Secretário da Fazenda
CPF 153.525.870-53

Pedro Gabril Kenne da Silva
Contador e Auditor-Geral do Estado
CPF 168.411.230-34
CRCRS 34.514



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JAN A DEZ/2004

LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V			R\$ Milhares
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	2.888.229	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	6.201.322
Disponibilidade Financeira	2.888.229	Depósitos	3.770.532
Caixa	164	Restos a Pagar Processados	2.276.270
Bancos	2.457.362	Do Exercício	1.220.108
Conta Movimento	42.852	De Exercícios Anteriores	1.056.162
Contas Vinculadas	2.156.547	Outras Obrigações Financeiras	154.520
Aplicações Financeiras	257.963	Restos a Pagar Não-Processados	125.402
Outras Disponibilidades Financeiras	430.703	Diversos	29.118
Ativo Realizável	422.979		
Ass. Médica a Rec. de Outros Poderes	7.642		
IRRF a Receber de Outros Poderes	82		
SUBTOTAL	2.888.229	SUBTOTAL	6.201.322
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	3.313.093	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	
TOTAL	6.201.322	TOTAL	6.201.322
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			169.139
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			-
DÉFICIT	3.482.232	SUPERÁVIT	

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE

NOTAS:

- 1 - O valor da disponibilidade financeira é o saldo do patrimônio financeiro, expurgado de duplicidades (transferências intragovernamentais), apurado antes do encerramento do exercício, ou seja, antes da inscrição de valores em Restos a Pagar. Neste exercício, foram eliminados R\$ 20.550 mil do saldo de Restos a Pagar referente a Contribuição ao IPERGS para a assistência médica dos servidores, e R\$ 386.558 mil do saldo de Depósitos relativo à Retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (R\$ 366.283 mil), da Contribuição Previdenciária Suplementar (R\$ 10.631 mil) e da Taxa de Orizicultura (R\$ 9.644 mil).
- 2 - O valor do Ativo Realizável contempla, tão-somente, o saldo da conta FGLTDPE - Valores Realizáveis.
- 3 - O valor de Restos a Pagar Processados inclui o saldo das contas de Serviço da Dívida a Pagar.
- 4 - O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa inclui os valores do patrimônio financeiro do TCE/RS, tendo em vista que este Órgão não possui Pagadoria própria.
- 5 - No Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa não estão considerados os saldos do Passivo Potencial.
- 6 - O saldo de precatórios judiciais foi considerado no Passivo Financeiro do Poder Executivo, devendo futuramente ser apropriado segundo a sua origem, na medida em que os dados se tornarem disponíveis.

Germano Antônio Rigotto
Governador do Estado
CPF 223.762.830-00

Paulo Michelucci Rodrigues
Secretário da Fazenda
CPF 153.525.870-53

Pedro Gabriel Kenne da Silva
Contador e Auditor-Geral do Estado
CPF 168.411.230-34
CRCRS 34.514



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JAN A DEZ/2004

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI

R\$ Milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
		Processados	Não Processados		
ADM. DIRETA E TCE	362.346	854.478	128.917	(2.213.025)	113.518
Recursos Livres ¹	283.650	668.515	51.500	(3.154.959)	113.518
Recursos Vinculados	78.696	185.963	77.417	941.934	0
SPH	24.590	11.733	2.429	(6.774)	492
Recursos Livres ²	24.590	11.733	2.429	(7.020)	492
Recursos Vinculados	0	0	0	246	0
IPERGS	707.182	288.006	0	(1.281.382)	60
Recursos Livres	707.182	275.632	0	(1.282.692)	60
Recursos Vinculados	0	12.374	0	1.310	0
DAER	23.638	23.163	17.621	20.120	2.887
Recursos Livres	23.065	16.435	9.205	20.653	2.887
Recursos Vinculados ³	573	6.728	8.416	(533)	0
IRGA	0	1.845	27	6.079	0
Recursos Livres	0	1.845	27	5.725	0
Recursos Vinculados	0	0	0	354	0
FOSPA	359	217	0	(58)	0
Recursos Livres	359	217	0	(58)	0
Recursos Vinculados	0	0	0	0	0
FIGTF	53	52	0	131	10
Recursos Livres	53	52	0	131	10
Recursos Vinculados	0	0	0	0	0
SUPRG	234	2.019	4.270	57.859	0
Recursos Livres	234	2.019	4.270	57.251	0
Recursos Vinculados	0	0	0	608	0
AGERGS	7	112	2.003	7.110	0
Recursos Livres	7	76	1.920	6.965	0
Recursos Vinculados	0	36	83	145	0
DETRAN	15.635	19.638	1.030	44.244	0
Recursos Livres	15.635	19.638	1.030	44.244	0
Recursos Vinculados	0	0	0	0	0
FAPERGS	2	9.784	0	12.466	0
Recursos Livres	2	8.072	0	6.772	0
Recursos Vinculados	0	1.712	0	5.694	0
FASE	19.462	5.725	4.100	1.024	242
Recursos Livres ⁴	19.462	5.715	4.099	(264)	242
Recursos Vinculados	0	10	1	1.288	0
FGTAS	12.593	1.956	802	1.282	0
Recursos Livres ⁴	12.592	1.886	671	76	0
Recursos Vinculados	1	70	131	1.206	0
FTSP	93	303	0	79	0
Recursos Livres	93	303	0	79	0
Recursos Vinculados	0	0	0	0	0
FZB	1.997	1.812	437	289	56
Recursos Livres	1.997	1.423	0	(77)	56
Recursos Vinculados ³	0	389	437	366	0

Continua ...



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN A DEZ/2004

Continuação

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI

R\$ Milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
		Processados	Não Processados		
CIENTEC	2.886	502	2.046	2.680	0
Recursos Livres ⁴	2.886	500	2.014	527	0
Recursos Vinculados	0	2	32	2.153	0
FEE	423	1.414	338	978	0
Recursos Livres	423	1.414	338	978	0
Recursos Vinculados	0	0	0	0	0
METROPLAN	1.852	2.026	859	7.735	241
Recursos Livres	1.852	1.636	0	162	241
Recursos Vinculados	0	390	859	7.573	0
FDRH	1.357	830	54	2.378	0
Recursos Livres	1.357	830	54	2.378	0
Recursos Vinculados	0	0	0	0	0
FCP-RTV	4.167	1.220	97	541	741
Recursos Livres	4.167	1.220	97	541	741
Recursos Vinculados	0	0	0	0	0
FADERS	142	666	106	(80)	0
Recursos Livres ⁴	142	666	106	(80)	0
Recursos Vinculados	0	0	0	0	0
FEPAM	1	337	1.850	13.034	0
Recursos Livres	1	334	1.709	12.909	0
Recursos Vinculados ³	0	3	141	125	0
FETLSVC	1.167	1.263	287	1.145	73
Recursos Livres	1.167	1.263	54	288	73
Recursos Vinculados	0	0	233	857	0
FEPAGRO	24	873	25	146	30
Recursos Livres	24	751	0	(15)	30
Recursos Vinculados	0	122	25	161	0
FEPPS	23	1.435	1.271	8.296	1.957
Recursos Livres	11	1.074	895	6.623	1.957
Recursos Vinculados	12	361	376	1.673	0
UERGS	1.444	5.817	0	49	0
Recursos Livres	1.444	5.817	0	(129)	0
Recursos Vinculados	0	0	0	178	0
FUNDERGS	32	114	33	410	6
Recursos Livres	32	114	30	410	6
Recursos Vinculados	0	0	3	0	0
FPERGS	0	3.173	537	151	22
Recursos Livres ²	0	3.064	537	(85)	22
Recursos Vinculados	0	109	0	236	0
TOTAL	1.181.709	1.240.513	169.139	(3.313.093)	120.335
Recursos Livres	1.102.427	1.032.244	80.985	(4.278.667)	120.335
Recursos Vinculados	79.282	208.269	88.154	965.574	0

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE

Continua ...



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JAN A DEZ/2004

Continuação

NOTAS

- 1 - Inscrição em Restos a Pagar de despesas empenhadas e não-processadas no montante de R\$ 51.500 mil com a seguinte origem:
 - a) R\$ 28.306 mil, relativo a Precatórios Judiciais (Decreto nº 43.478, de 02.12.2004, art. 7º);
 - b) R\$ 16.722 mil, correspondente a empenhos preservados por deliberação do Secretário de Estado da Fazenda, por autorização da Junta de Coordenação Orçamentária - JUNCOR (Decreto nº 43.478, de 02.12.2004, art. 9º e Ofício GSF 1.115, de 31.12.2004).
 - c) R\$ 6.472 mil, preservados pelo Tribunal de Contas do Estado.
- 2 - Inscrição de despesa não-processada fundamentada no Ofício GSF 1.115, de 31.12.2004.
- 3 - Inscrição em Restos a Pagar de despesa não-processada justificada pela existência de disponibilidade financeira na Administração Direta, nos respectivos recursos orçamentários vinculados.
- 4 - A despesa não-processada, inscrita em Restos a Pagar, refere-se a Precatórios Judiciais, excepcionados em conformidade com o disposto no art. 7º do Decreto nº 43.478, de 02.12.2004.

Germano Antônio Rigotto
Governador do Estado
CPF 223.762.830-00

Paulo Michelucci Rodrigues
Secretário da Fazenda
CPF 153.525.870-53

Pedro Gabriel Kenne da Silva
Contador e Auditor-Geral do Estado
CPF 168.411.230-34
CRCRS 34.514



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2004

LRF, Art. 48 - Anexo VII

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	4.646.907	43,28%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.260.998	49,00%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	4.997.948	46,55%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	30.353.246	282,70%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	27.457.040	255,73%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	588.496	5,48%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.362.081	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	230.075	2,14%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00%
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	1.717.877	16,00%
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	751.571	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	169.139	(3.313.093)

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - AFE

Germano Antônio Rigotto
Governador do Estado
CPF 223.762.830-00

Paulo Michelucci Rodrigues
Secretário da Fazenda
CPF 153.525.870-53

Pedro Gabriel Kenne da Silva
Contador e Auditor-Geral do Estado
CPF 168.411.230-34
CRCRS 34.514